

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Arthur Roberto Germano Santos

BEMTEVIS, CABANOS E LIGUEIROS:
ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ELITE
POLÍTICA DO MARANHÃO APÓS A
BALAIADA (1842-1855)

SANTOS, Arthur Roberto Germano

BEMTEVIS, CABANOS E LIGUEIROS: ORGANIZAÇÃO E
ATUAÇÃO DA ELITE POLÍTICA DO MARANHÃO APÓS A
BALAIADA (1842-1855)

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 182 (485): 39-72, jan./abr. 2021

Rio de Janeiro
jan./abr. 2021

BEMTEVIS, CABANOS E LIGUEIROS: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ELITE POLÍTICA DO MARANHÃO APÓS A BALAIADA (1842-1855)

BEMTEVIS, CABANOS AND LIGUEIROS: ORGANIZATION AND ROLE OF THE POLITICAL ELITE OF MARANHÃO AFTER THE BALAIADA (1842-1855)

ARTHUR ROBERTO GERMANO SANTOS¹

Resumo:

Este artigo pretende analisar a organização e a atuação da elite política do Maranhão, no século XIX, entre 1842 e 1855, a partir das eleições. Busca compreender a configuração (e as reconfigurações) dos grupos políticos maranhenses nesse período. Os pleitos para os cargos eletivos do governo central certamente eram um momento singular que mobilizava os grupos políticos locais; evidenciavam, ainda, suas ações, identidades e força. Será, portanto, matéria crucial e recorrente deste trabalho. O recorte temporal se justifica por ser o período de (re)constituição dos partidos locais após o fim da Balaiada e a dissolução da Câmara Geral em 1842. Finalizo antes da promulgação da Lei dos Círculos (1855), que alterou as regras da disputa eleitoral. Enfocarei os deputados maranhenses eleitos para a Câmara Geral. Em menor medida, falarei dos senadores e deputados provinciais. Sempre que possível, trarei informações biográficas sobre eles e seus aliados, a partir de diferentes tipos de fontes, para ajudar a compor um quadro mais amplo dessa elite política, bem como de seus laços. Para averiguar as identidades e organização das elites no âmbito provincial, privilegiarei uma fonte específica: os jornais do período. Outro *corpus* documental servirá para confrontar, quando possível, essas caracterizações e identificações com a atuação institucional: os anais da Assembleia Geral e do Senado do Império..

Palavras-chave: Elite política do Maranhão; Deputados; eleições; partidos.

Abstract:

The article aims to analyze the organization and the role of the political elite of Maranhão after the elections in the 19th century, in the period between 1842 and 1855, and also to understand the configuration (and reconfigurations) of political groups in Maranhão at that time. The elections for public offices in the central government were certainly a singular moment that not only mobilized local political groups but also showed their actions, identities and strengths. Therefore, this will be a crucial and recurring point in the paper. The period discussed here represents the period of the (re)constitution of the local parties after the end of the Balaiada and the dissolution of the General Chamber in 1842. It refers, therefore, to the period before the enactment of the Lei dos Círculos (Law of the Circles) in 1855, which changed the rules of the electoral dispute. A special focus is laid on the deputies elected to the General Chamber in Maranhão, and, to a lesser extent, on the senators and provincial deputies. When possible, biographical information from different sources is provided about them and their allies to help understand the broader picture of these political elites and their ties. In order to check the identities and organization of the elites at the provincial level, we used newspapers of the period as source. As additional documentary corpus, we used the Annals of the General Assembly and the Senate of the Empire to confront these characterizations and identifications with their institutional roles.

Keywords: Maranhão's political elite; deputies; elections; parties.

1 – Doutorando em História/UFRRJ. E-mail: arthurgermanosantos@gmail.com.

Introdução

Desde antes da Guerra² da Balaiada (1838/41), os partidos políticos da província do Maranhão se dividiam, em linhas gerais, entre liberais (primeiro marrecos, depois bemtevis) e conservadores (cabanos)³. Dentre os liberais, havia a dissidência dos exaltados. A historiografia observa que, em relação à elite política, a Balaiada ocorreu devido ao alijamento das elites liberais da Assembleia Provincial e dos cargos públicos locais⁴. No nível provincial, isto ocorreu, segundo Mathias Röhrig, porque o presidente liberal em 1837, Antônio Pedro da Costa Ferreira, decidiu não intervir nas eleições. Por outro lado, o presidente conservador nomeado para o suceder em 1838, Vicente Camargo, encampou todos os esforços para privilegiar os conservadores. “Os liberais foram removidos dos postos que ocupavam, tornando-se insignificante a sua influência no Estado⁵”.

Após o fim da Guerra, pode-se dividir a proeminência dos grupos políticos do Maranhão em quatro períodos: 1º – retorno dos liberais ao poder a partir da família Jansen e Sá (1842/46); 2º – domínio da *Liga*

2 – ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luís: EDUFMA, 2008. “[No] [...] Brasil regencial, revoltas sociais, como a Balaiada, enfrentaram um Estado imperial que se constituía fundado sobre conexões ambíguas entre as duas esferas [guerra e política], como se o monopólio da violência se fizesse sem separar seu emprego como “meio” e como “fim”. O aparelho repressor, à semelhança de um Estado policial, combinou em si faces da guerra e da política”. SOARES, Flávio José Silva. *No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão*. Tese (Doutorado em História) - UFPE. Recife, 2008, p. 330.

3 – CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império – famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (c.1750-c.1840)*. Tese (Doutorado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2019, p. 285 e *passim*.

4 – ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 23, março, p. 9-10, 1989; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 74-77 e SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 286.

5 – ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2004, p. 208.

Liberal Maranhense (1846/48); 3º – aliança entre liberais opositores da Liga (os liberais da *Estrella*) e conservadores (1848/52); 4º - aliança entre membros dos dois partidos, liberais dissidentes e conservadores (1852/54). Falarei com algum vagar de cada um deles.

De acordo com o historiador maranhense Mário Meireles, o Segundo Reinado é a “história da luta política entre os dois partidos, revezando-se no poder⁶”. Para ele, no Maranhão, “a consciência política de um dualismo partidário entre situacionistas e opositoristas, começou⁷” em 1827 e culminou na Setembrada, em 1831⁸. Sua interpretação, ao plasmar a constituição dos grupos locais a partir da Corte, transforma a Liga Liberal Maranhense, formada no final de 1846, na primeira “arregimentação liberal” da província. Ela foi, na verdade, uma conjunção de liberais e conservadores para sustentar a presidência da província do liberal Joaquim Franco de Sá, como veremos a seguir.

Antes de prosseguir, é preciso falar dos critérios de análise. Em relação à definição da composição dos grupos e suas respectivas lideranças, segui as pistas apontadas por seus *órgãos* na imprensa da época. O aparecimento desses nomes, sua frequência e recorrência no decorrer do tempo serão utilizados como indicativo do papel que aquelas figuras representaram nos partidos políticos locais e suas *comissões centrais*. Essas comissões eram formadas por membros dos respectivos partidos políticos. Sua composição era publicada nos jornais da província e normalmente aparecia em forma de circular. Outras vezes, vinha acompanhada da notícia da reunião entre correligionários que a consagrou. Aos membros das comissões, em particular, se atribuía a capacidade de decidir sobre

6 – MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Luís: DASP, 1960, p. 269.

7 – *Idem, Ibidem*.

8 – A Setembrada (1831) foi um motim com apoio popular e de batalhões. Marcada pelo antilusitanismo, tinha como uma das suas demandas centrais a retirada dos portugueses e simpatizantes do rei dos cargos públicos da província do Maranhão. Estava ligada com os eventos que levaram à retirada do presidente da província do Pará. Cf. ABRANCHES, Dunshee. *A Setembrada ou a Revolução Liberal de 1831 em Maranhão*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil, 1970 e MACHADO, André Roberto de A. O Fiel da Balança. O papel do Parlamento Brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História*, n. 164, janeiro-junho, 2011.

as candidaturas para os mais diversos cargos. Esses membros podiam ou não ocupar cargos eletivos eles mesmos (ou disputá-los). Observar a composição das comissões e suas indicações a partir dos jornais não significa acreditar que aquelas pessoas eram as únicas responsáveis pelas decisões que diziam respeito aos partidos (afinal, outros tipos de fonte, como cartas, poderiam mostrar articulações diferentes). De todo modo, na disputa político-partidária encampada pelos jornais, esses nomes eram destacados publicamente como responsáveis e fiadores das candidaturas de suas respectivas agremiações, e é a partir desse ponto de vista que os considerarei.

Além das informações colhidas nas fontes, nos trabalhos acadêmicos, almanaques e excertos biográficos, parto de quatro autores centrais, cada um guiado por preocupações específicas na concepção e produção de suas obras: de César Marques e seus escritos, especialmente os do IHGB; de Antônio Henriques Leal⁹ e seu *Panteão Maranhense*; de Jerônimo de Viveiros, no livro sobre Alcântara e sua elite; de Milson Coutinho e os trabalhos sobre os deputados e a nobiliarquia maranhense¹⁰.

9 – Para Henrique Borralho, Antônio Henriques Leal, enquanto membro do Partido Liberal, desempenhou o papel de intelectual orgânico desse grupo, especialmente ao construir um *Pantheon* “repleto de figuras correligionárias do seu partido”. BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – UFF, 2009, p. 18 e *passim*.

10 – Além dos sítios das Academias Maranhense e Brasileira de Letras, CPDOC, Senado e Supremo Tribunal Federal: COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005 e COUTINHO, Milson. *O poder legislativo do Maranhão (1830-1930)*. São Luís: Edição da Assessoria de comunicação social da Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981; MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870/ Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888.; LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon Maranhense*. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos. São Luis, 1873/Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. Tomo I. LEAL, Antônio Henriques *Pantheon Maranhense*. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos. São Luis: 1875/Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.; VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. (1950). 4ª ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

Os grupos políticos maranhenses a partir das eleições

Nas eleições gerais de 1842 para a 5ª legislatura, logo após os pleitos classicamente conhecidos na historiografia como “eleições do cacete¹¹”, o grupo de liberais capitaneado pelos Jansens¹² e por Joaquim Franco de Sá¹³ conseguiu se eleger, iniciando um período de domínio e disputa entre os liberais, que perdurou até 1846. Essa foi uma eleição na qual os opositores, notadamente o conservador Cândido Mendes¹⁴, acusaram o presidente da província de ser um “*presidente instrumento*”, operando juntamente à “potência formidável da câmara municipal da capital¹⁵”.

11 – Esse também era o contexto das “revoluções” liberais em São Paulo e Minas. Cf. HÖRNER, Erik. *Até os limites da política: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 282 e *passim*. Carvalho fala da abstenção dos liberais nessa eleição e de uma Câmara Geral unanimemente conservadora, mas não é o que se verifica pelos Anais da Câmara, nem a partir de outras fontes sobre esse período no Maranhão. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de Sombras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 407.

12 – Isidoro Jansen Pereira, José Jansen do Paço, Manuel Jansen Ferreira e Manuel Jansen Pereira, este último eleito deputado.

13 – Joaquim Mariano Franco de Sá nasceu em Alcântara, em 1807, casou-se com a filha do Barão de Pindaré (Antônio Pedro da Costa Ferreira), Lucrécia Rosa Costa Ferreira. Iniciou o curso de Direito em Coimbra, e o finalizou em Olinda, em 1832. Fundou o jornal *Americano*, em 1836, dedicado à divulgação dos ideais liberais; também serviu de sustentação à presidência da província do tio, o futuro Barão de Pindaré, juntamente com o *Eco do Norte*, de João Lisboa. Foi secretário da presidência de Costa Ferreira. Em 1837, tornou-se vice-presidente da província do Maranhão. Foi presidente da província da Paraíba em 1844 e deputado geral pelo Maranhão na legislatura de 1845-47. Foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão. Cf. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 121-123 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 186-189.

14 – Nasceu no município de Brejo, em 14 de outubro de 1818, e formou-se em direito na Faculdade de Olinda. Segundo o “elogio histórico” proferido no IHGB, por ocasião de seu centenário, teve como colegas de ano *Francisco José Furtado*, Carvalho Moreira (Barão de Penedo), *João Pedro Dias Vieira*, seu conterrâneo, até o final, [Bevenuto Augusto] Magalhães Taques; como contemporâneos *Fábio Alexandrino de Carvalho Reis*, também seu conterrâneo; até 1838 A[ntônio] Herculano de Souza Bandeira e nos dois primeiros anos, Teixeira de Freitas. Ainda segundo esta fonte, começou a advogar aos 21 anos em São Luís e, em 1840, se tornou professor do Liceu Maranhense, na cátedra de História e Geografia, onde foi contemporâneo de *Sotero dos Reis*. Foi promotor público entre 1841 e 1842 na capital, quando decidiu se envolver na política local. VIANNA, Manuel Álvaro de Souza Sá. *Comemoração do Centenário natalício do Senador Cândido Mendes de Almeida*. Elogio Histórico lido na sessão do Instituto Histórico Brasileiro em 14 de outubro de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 6-8.

15 – ALMEIDA, Cândido Mendes de. *As eleições da Província do Maranhão em 1842*,

Em relação às eleições de 1842 – ainda segundo Cândido Mendes – foram produzidas votações unânimes e com poucas diferenças entre si, a partir de atas falsas¹⁶. Por essa razão, “triunfou uma facção anárquica e egoísta, apoiada no presidente da província, Dr. Venâncio José Lisboa, e no chefe de polícia, o desembargador José Mariani¹⁷”. A chapa vencedora foi composta pelo então presidente da província Venâncio José Lisboa, o ex-presidente e antecessor João Antônio de Miranda, Joaquim Franco de Sá e Manuel Jansen Pereira.

Essa acusação de partido anárquico encontrou guarida na Câmara Geral. Na sessão de 13 de janeiro de 1843, o conservador Manuel Joaquim Carneiro da Cunha, de Pernambuco, observou que ainda que o Partido Bemtevi tivesse entre suas fileiras pessoas respeitáveis como José Mariani, o deputado eleito pelo Maranhão, João Antônio de Miranda¹⁸, havia de “conceder que no seu partido está Raphael Pereira de Carvalho¹⁹”, que poderia ser muito honrado – como defendia Miranda – “mas as suas opiniões políticas são bem sabidas no Brasil²⁰”. Para o conservador Carneiro da Cunha, a guerra gerada pela lei dos prefeitos (a Balaiada) “foi provocada pelo Partido Bemtevi²¹”. César Marques, médico e historiador maranhense coevo, concordava com essa interpretação. Na sua apreciação da trajetória de Estevão Rafael de Carvalho, famoso redator de *O Bemtevi*, afirmou que o periódico “continuou a espalhar seus

sob a presidência do Dr. Venâncio José Lisboa. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1843, p. 55.

16 – Aqueles que mais teriam perdido votos: Dr. Padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, o Desembargador Leocádio Ferreira de Gouvêa Pimentel Belleza e ele próprio. *Idem, Ibidem*.

17 – Advertência. In: MENDES, *op. cit.* José Mariani era cunhado de José Jansen do Paço. Formado em Leis em Coimbra, foi presidente da província do Rio Grande do Sul (1833). Também foi nomeado para a presidência do Pará (1831), mas não assumiu. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1865. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=296> Acesso em: 26.07.20.

18 – Presidente da província do Maranhão entre 1841 e 1842.

19 – Acredito que ele se referia a Estevão Rafael de Carvalho, redator de *O Bemtevi*.

20 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de janeiro de 1843, p. 179.

21 – *Idem, Ibidem*, p. 180.

escritos incendiários, e afinal, em 1838, aparecem a *Revolução do balaio*, que também se chamou dos *Bemtevis*, porque os revoltosos assim se intitulavam e davam vivas a esse periódico e a seu partido²²". Ao responder ao desagravo do também liberal D. Francisco Balthasar²³ que, segundo Marques, duvidava da centralidade de Estevão Rafael de Carvalho como redator da folha (também) liberal, utilizou como fonte um ofício redigido por um presidente da província conservador, Eduardo Olímpio Machado. Datado de janeiro de 1853 e, segundo ele, enviado ao chefe do gabinete Joaquim José Rodrigues Torres, narraria que "os liberais ou marrecos, em meados ou pouco antes de 1838, reorganizaram-se com a denominação Bemtevis para, com auxílio de alguns descontentes, hostilizarem com mais força a administração de Vicente Thomaz Pires Figueiredo de Camargo²⁴". Seus chefes seriam João Francisco Lisboa, então redator da *Crônica Maranhense*, e Estevão Rafael de Carvalho, "redator do pequeno periódico *Bemtevi* redigido em estilo violentíssimo e adaptado a desorientar as massas contra o partido dominante, conhecido pelo nome de *cabano*²⁵".

Na avaliação de Marques sobre esse período, a família Jansen "então muito prestigiosa por seus muitos membros em posição elevada, pela fortuna, e pelas muitas relações [...] em toda a província" – sobressaindo-se Isidoro Jansen Pereira – "sustentou a administração do Dr. João

22 – MARQUES, César Augusto. O "Bemtevi", periódico maranhense, e seu redator o senhor Estevão Rafael de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1855). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1886, p. 293. Sobre essa questão, ver ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. "Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador". Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, Motins, Revoluções: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011 e ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)*. São Paulo: Annablume, 2018, p. 358-360 e *passim*.

23 – E deputado geral pelo Maranhão na 9ª legislatura, que iniciou em 1853.

24 – MARQUES, César Augusto. Resposta às Breves Reflexões que o Exm. Conselheiro D. Francisco Balthasar da Silveira fez sobre O Bemtevi e seu redator o Sr. Estevão Rafael de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1886, p. 297.

25 – *Idem, Ibidem*, p. 298.

Antônio Miranda, [...] e por isso teve muita influência na imprensa²⁶”. Segundo ele, em 1842, os Jansens fundaram o jornal *O Unitário*, com três redatores²⁷. Após o seu desaparecimento, deu lugar, ainda naquele ano, ao *Correio Maranhense*, redigido “pelo Dr. Manuel Jansen Pereira²⁸, Manuel Jansen Ferreira²⁹, e outros indivíduos do partido liberal adeptos da família Jansen, tais como o desembargador José Mariani e Dr. Gregório de Tavares [...]”³⁰. A esse jornal ele atribuiu a sustentação da administração do presidente seguinte: Venâncio José Lisboa. “O outro grupo liberal, contrário ao partido conservador, vendo quão hostil lhe era o novo presidente, publicou *O Dissidente*, redigido pelos Drs. Fernando e Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, João Francisco Lisboa, João Pedro Dias Vieira e outros³¹”.

26 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 198-199.

27 – Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa, Casimiro José de Moraes Sarmento e Manuel Jansen Pereira.

28 – Filho de Ana Jansen, bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, juiz municipal e de órfãos de Guimarães (1842), secretário do governo (1844), professor de Retórica e Poética do Liceu Maranhense, contemporâneo de Cândido Mendes, Sotero dos Reis (Professor de Língua Latina e Inspetor Interino de Instrução) e Casimiro José de Moraes Sarmento (Inspetor de Instrução Pública e Diretor do Liceu). MARANHÃO. *Almanak Administrativo do Maranhão*. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e Academia Maranhense de Letras, 1849, p. 116 e *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 5 de julho de 1842.

29 – Estudou Direito na Faculdade de Olinda, juiz de direito da Comarca de Alcântara, foi Desembargador do Tribunal da Relação do Pará desde 1873, e também seu presidente. Foi removido da Relação do Maranhão para a do Pará, juntamente a Francisco da Serra Carneiro e João Paulo Monteiro Andrade. Compôs a nova relação com João Caetano Lisboa. Marido de Anna Augusta Jansen Ferreira, filha de Ana Jansen, proprietária influente na sociedade maranhense. *O Paiz*. São Luís. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN), n. 149, p. 3, 5 de julho de 1878.; MARANHÃO. *Almanak Administrativo do Maranhão*. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), 1861 e 1874, p. 204 e 473, respectivamente; PARÁ. Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Sobre-o-TJ/39-Historico.xhtml>. Acesso em: 25.08.2020. *A Imprensa*. São Luís. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN), n. 43, p. 3, 28 de outubro de 1857. Ver ainda JANOTTI, Maria Lourdes Mônaco. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, v. 16 (31-32), p. 225-248, 1996.

30 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 199.

31 – *Idem, Ibidem*. Na lavra de Sotero dos Reis, esse era “o título da nova folha anti-jansenista. [...] Oposição à oligarquia de família que pesa sobre a nossa infeliz província, monopolizando os principais cargos de eleição popular, os postos superiores da guarda

Maria Lourdes Janotti, em seu trabalho sobre João Lisboa, afirma que houve cisão entre os liberais em 1843 e 1845³². A julgar pela descrição anterior, a cisão de 1843 entre os jansenistas e seus opositores foi bem demarcada. Sobre os conservadores, as fontes são escassas, mas persistiram na liça Cândido Mendes de Almeida e Francisco Sotero dos Reis (cabano, foi professor de João Lisboa)³³.

Cândido Mendes foi eleito suplente na contestada 5ª legislatura (1843/44) e ocupou por pouco mais de um ano a vaga de Manuel Jansen Pereira. Em um dos seus discursos na Casa em outubro de 1843, ainda debatendo as questões da eleição do ano anterior, afirmou sempre ter pertencido “a um partido, o da ordem; voto com ele e sempre votei³⁴”. Acusando a oposição de utilizar o recrutamento como arma política unicamente contra seu partido, apresentou requerimento na Câmara Geral indagando sobre o número de recrutas da província. Joaquim Franco de Sá, em seu discurso de defesa, leu na Câmara uma representação da Assembleia Legislativa Provincial que, segundo ele “consta[va] unicamente de nossos aliados políticos³⁵”, e que também era contra o altíssimo número (cerca de 1200) de recrutados para a “guerra do Sul”³⁶. Nos discursos parlamentares, a Assembleia Provincial do Maranhão era vivamente disputada, assim como o legado e a responsabilidade pela Balaiada. Para Cândido Mendes de Almeida, a “folha incendiária” na qual Joaquim Franco de Sá

nacional, e abusando de todos os meios de poder ao seu alcance”. *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 164, p. 4, 10 de janeiro de 1843.

32 – JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 101.

33 – Janotti menciona ainda Severino Dias Carneiro. Sotero dos Reis mencionava Manuel Gomes da Silva Belfort (*A Revista*, 21/11/1843).

34 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 5 de outubro de 1843, p. 319.

35 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de setembro de 1843, p. 259. A legislatura de 1843/44 possuía parcela significativa de deputados provinciais liberais.

36 – Sobre essa questão, ver RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a honra nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2009, p. 117 e *passim*. Ver também FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 75-83.

seria um dos redatores “foi publicada ao princípio e com o fim de fazer oposição à Assembleia Provincial e ao presidente que então existia, que era o Sr. Camargo”³⁷. Na sua versão dos eventos, devido às leis aprovadas pelo legislativo provincial, à lei dos prefeitos e da guarda nacional, os “facciosos [...] ficariam inibidos de algum dia subir ao poder; por isso lançaram mão de um Raimundo Gomes”³⁸. Nessa apreciação, a rebelião do Maranhão seria tão política quanto a de Minas Gerais e São Paulo. João Antônio de Miranda, nascido no Rio de Janeiro, ex-presidente da província do Maranhão e deputado eleito pela mesma localidade, contemporizou e fez questão de asseverar que foi “mais cabano que bemtevi”³⁹ nos últimos dias de sua administração, pois teria inclusive nomeado o próprio Cândido Mendes como promotor. Para ele, “o partido bemtevi não [era] composto de anarquistas, de malvados, de ímprobos, como os figura o Sr. deputado”⁴⁰. Joaquim Franco de Sá, por sua vez, evitava reivindicar a alcunha *bemtevi*, preferindo situar o surgimento dos partidos maranhenses – e o do seu em particular – na Independência e na “promulgação da lei fundamental do império”. Para ele, “do nosso lado existem as tendências para as fórmulas democráticas temperadas por uma monarquia bem constituída, pelo elemento aristocrático devidamente representado e aquinhoado; existem as simpatias para a liberdade constitucional [...]”⁴¹. Do outro lado estariam representados aqueles que preferiam a “liberdade dos Gracos, ou dos ascetas políticos das antigas repúblicas gregas [...]: do outro lado existem simpatias para a forma de governo absoluto”⁴².

Devido à escassez das fontes, até 1846 é difícil determinar as chapas de todos os grupos em disputa. O exame foi realizado pela via indireta. Em 1844, por exemplo, Sotero dos Reis, cabano e redator de *A Revista*,

37 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 2 de setembro de 1843, p. 278.

38 – *Idem, Ibidem*.

39 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 7 de outubro de 1843, p. 330.

40 – *Idem, Ibidem*, p. 331.

41 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de setembro de 1843, p. 262.

42 – *Idem, Ibidem*.

opositor ferrenho dos Jansens⁴³, narrou a ida do liberal José Thomaz dos Santos e Almeida⁴⁴ para as eleições em Chapada – enquanto era deputado provincial e a Assembleia estava reunida⁴⁵ – para tentar concorrer à vaga de deputado geral na 6^a legislatura. Segundo Reis, “se não volta da sua comissão antes da apuração passava certamente de deputado a suplente”, pois a “oligarquia Jansen” conseguira eleger Isidoro Jansen⁴⁶ suplente “sem que tivesse figurado como candidato”⁴⁷. D. Francisco Balthasar da Silveira⁴⁸, nessa narrativa, outro liberal envolvido nos negócios eleito-

43 – João Francisco Lisboa era seu grande inimigo na imprensa e, em anos anteriores, chegou a sair em defesa dos Jansens contra os ataques de Sotero (antes da exclusão de sua candidatura, da lista do Partido Liberal, por essa família). “Todos sabem o conceito que merece o redator da Revista. Órgão impertérrito da calúnia, veículo infame de corrupções e malvadezas, é o periódico redigido pelo Sr. Sotero, e assim quem poderá dar crédito a S. S.?” LISBOA, João Francisco. *Crônica Maranhense*. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN), n. 284, p. 1139, 5 de janeiro de 1841.

44 – Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, advogado, juiz municipal e de órfãos da Comarca de Viana (1842), juiz de direito na Comarca de Guimarães, citado pelo jornal do Partido Bemtevi, *O Estandarte* – da fração do Partido Liberal que se opôs à Liga Liberal Maranhense – como “nosso honrado Amigo e Correligionário”. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 22, p. 2, 16 de novembro de 1849 e *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 5 de julho de 1842. Em 1847, o jornal ligueiro *O Progresso* reproduziu uma carta atribuída a José Thomaz, na qual “arvorando-se chefe do partido, [...] e assentando a espada no Sr. Franco de Sá”, demandaria que, em sua ausência, as “influências do interior” se correspondessem com o Sr. (José Cursino) Raposo e Antônio Jansen do Paço. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 7 de junho de 1847.

45 – MARANHÃO, Ofício de 18 de junho de 1844. *Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província*. Setor de avulsos, 1841-1857. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

46 – O coronel Isidoro Jansen Pereira, comandante superior da Guarda Nacional, filho de Ana Jansen e Izidoro Pereira, era proprietário rural.

47 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), p. 4, 7 de dezembro de 1844.

48 – Em 1844, chegou a ser presidente da Assembleia Provincial. Nascido em 20 de junho de 1807 na Bahia, bacharel em Direito na Faculdade de São Paulo em 26 de outubro de 1832, após ter realizado os estudos iniciais de Direito na Universidade de Coimbra. Em 1834, foi nomeado juiz de direito das Comarcas de Assú e Brejo. A partir de 1844, passou a ser juiz na 2^a vara de São Luís. Desembargador da Relação do Maranhão em 1853, presidente da Relação de Pernambuco em 1863 e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1875. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=315>. Acesso em: 25.08.20. Caracterizado pelo *O Progresso*, jornal de sustentação da Liga, como um “cavalheiro sem dignidade com pretensões de um nobre”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional

rais, não teria tido a mesma sorte, pois, “apesar dos relevantes serviços que fez em Guimarães, nem para suplente teve votos⁴⁹”, e continuaria tentando (pela 4ª ou 5ª vez) se eleger. É ainda por Sotero dos Reis que se toma notícia da existência de um partido chamado “Coalição”, que teria “ficado com a maioria relativa sobre o partido contrário” no mesmo pleito de 1844, agora para deputados provinciais, mas que pela apuração da Câmara Municipal, “sem atenção às nulidades e aos vícios de algumas eleições”, reuniria uma “Assembleia ilegalmente eleita⁵⁰”. Essa Assembleia Provincial, novamente, foi composta por número significativo de liberais⁵¹.

Os trabalhos que analisaram as eleições desse período (após a lei de 1842 e antes da lei de 1846) indicam que a vitória de quaisquer dos membros de uma chapa para a Câmara Geral (essa composta por três liberais – Joaquim Franco de Sá, José Thomaz dos Santos e Almeida, José Jansen do Paço – e o então presidente da província, João José de Moura Magalhães) dificilmente ocorreria se não houvesse aliança entre eles⁵².

(BN), n. 141, p. 2, 20 de julho de 1847.

49 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 263, p. 4, 7 de dezembro de 1844.

50 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 228, p. 2, 6 de abril de 1844.

51 – Francisco Balthazar, Manuel Cerqueira Pinto, Antônio Raimundo Franco de Sá, Francisco Furtado, Ângelo Moniz, Estevão Raphael de Carvalho, Manoel Jansen Ferreira, Gregório Maciel da Costa, Tibúrcio Valeriano e Jorge Gromwell. Das famílias de Alcântara: Adolfo José Ascenço da Costa Ferreira (Promotor da Comarca de Alcântara) e Ezequiel Franco de Sá (chefe de polícia interino em 1848). *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN). 21 de dezembro de 1844, n. 245, p. 3; *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), p.1, 16 de junho de 1853 e *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 31, p. 4, 2 de fevereiro de 1848. Sobre as famílias Gromwell e Guilhon (de Henrique Brito de Guilhon), cf. MOTA, Antonia da Silva. Família escrava nas *plantations* do Maranhão: demografia, trajetórias e sociabilidades (1780/1820). *Anais XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*: população, governança e bem-estar. São Pedro [SP]: ABEP, 2014.

52 – Entre outros: FLORY, Thomas. *Judge and jury in imperial Brazil, 1808-1871*. Social control and political stability in the new state. Austin, Texas: University of Texas press, 1981, p. 180 e LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, abril de 2014, p. 30-31. Para outra perspectiva, ver MUNARI, Rodrigo Marzano. *Deputados e delegados do poder monárquico*: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850). Dissertação

Se houver alguma verdade na denúncia publicada três anos depois em *O Progresso* – que José Thomaz dos Santos e Almeida considerava Joaquim Franco de Sá “traidor ao partido que o elevou à posição em que se acha”⁵³ – em conjunto com a posterior supressão de seu nome das listas ligueiras, a conclusão a respeito de um acordo progresso entre eles ganha mais força. Observar-se-ia, assim, mais uma aliança liberal que se esfacelou. Se a acusação reproduzida em um jornal opositor não é em si suficiente, o discurso do próprio deputado José Thomaz, na Câmara Geral, em 1847, após sua chapa liberal ser eleita, certamente contribuirá com esse entendimento. Como afirmei anteriormente, Joaquim Franco de Sá se tornaria presidente da província do Maranhão naquele ano. Nas palavras de José Thomaz, Franco de Sá só se tornou chefe do executivo provincial porque ele – Santos e Almeida – interveio perante os ministros do Império em seu favor. Para dirimir os conflitos políticos que o Maranhão vinha enfrentando, “o sr. Franco de Sá, como que fazendo um sacrifício à província, arriscou a ideia de ser nomeado presidente, logo aceita por mim, que foi repelida pelo Sr. Paço que o conhecia melhor do que eu”⁵⁴. Ainda segundo José Thomaz, após ele próprio convencer José Jansen do Paço, ambos apresentaram a candidatura ao governo, ainda que alguns deles preferissem a permanência do vice-presidente, Ângelo Carlos Moniz⁵⁵. Franco de Sá, nesta notícia, teria prontamente constituído a Liga em 1846, congregando parte dos antigos cabanos e dissidentes, em prejuízo dos bemtevis, pois considerava que suas chances de vitória eleitoral para uma possível

tação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 2017, p. 145-146.

53 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 7 de junho de 1847.

54 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 7 de outubro de 1843, p. 330. *Idem, Ibidem*, p. 331.

55 – Presidente da Assembleia Provincial em 1847. Sua eleição à presidência da Assembleia foi considerada, pela *A Revista* (05/06/1847), como uma vitória da oposição à Liga Maranhense. Proprietário rural e vice-presidente da província entre 1844 e 1846 (vice-presidente de três presidentes diferentes). Ao avaliar sua presidência da província em 1846, César Marques declarou: “homem de bem, lavrador, porém de ideias muito curtas e sem cultivo algum de inteligência. Foi fácil aos mais espertos de seu partido abusarem da boa-fé dele, e daí originaram-se alguns atos de violência” pelos jornais. MARQUES, César Augusto. *História da Imprensa no Maranhão. Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 197.

eleição para o Senado seriam maiores ao unir esses grupos (na expectativa de que o próximo gabinete, saquarema, seria mais simpático ao seu grupo coligado). Para isso, principiou a fazer demissões⁵⁶, “promovendo ódios” em vez de empregar “uma linguagem conciliadora” em seus jornais. Por fim, José Thomaz asseverou que “o presidente do Maranhão não está conforme com o programa do governo, e por isso este deve ser demitido⁵⁷”. Para ele, as ações de Franco de Sá dividiram a província em três partidos: Cabanos, a Liga e os Bemtevis.

Nas páginas de *A Revista* e *O Observador*, Sotero dos Reis e Cândido Mendes – respectivamente – debateram longamente sobre a organização e identidade dos partidos locais⁵⁸. Para Reis, Cândido Mendes era um “paladino de partidos imaginários, como o Saquarema”⁵⁹, que não existiria na província do Maranhão. No final da década de 40, Mendes dedicou parte de seu esforço na imprensa para prová-lo. Ainda assim, na década de 50, seu jornal já reconhecia que “o antigo partido cabano, o mais numeroso e preponderante que tem havido na província, deixou de existir como tal, não só pela errada política administrativa dos seus chefes, como sobretudo pelas perseguições que sofreram dos gabinetes Saquaremas e de seus delegados⁶⁰”. Sobre esse ponto havia concordância, pois Reis compreendia que, em relação ao Maranhão, “as alianças dos srs. Miranda e Venâncio, delegados de ministérios ordeiros, com o partido bemtevi, e as ligas e fusões dos cabanos com bemtevis em 1842, 1843 e [...] 1847”, demonstravam que associar o Partido Cabano ao Saquarema para ressus-

56 – Na imprensa oposicionista, ganhou o epíteto de “O Metralhador” pelas demissões. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 7, p. 1-4, 18 de maio de 1849.

57 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 30 de julho de 1847, p. 317.

58 – Cf. SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma história de partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016, p. 79-94.

59 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 403, p. 3, 14 de agosto de 1847.

60 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 180, p. 2, 7 de dezembro de 1851.

citar o primeiro, era “fazer reviver o *status quo* de 1836⁶¹”. Seja como for, a *história dos partidos* de Reis tinha um interesse específico: legitimar a Liga Liberal Maranhense, organizada no final de 1846 para dar sustentação à presidência de Joaquim Franco de Sá, da qual o próprio Sotero – um cabano – passou a fazer parte. A lista de correligionários do novo partido era extensa⁶², e João Francisco Lisboa era designado como seu presidente⁶³. Na cronologia de César Marques, o jornal *O Progresso* surgiu, em 2 de janeiro de 1847, para apoiar o governo de Franco de Sá, redigido por Fábio Alexandrino de Carvalho Reis⁶⁴, Alexandre Théophile de Carvalho Leal⁶⁵ e Antônio Rego⁶⁶. Na autoimagem da folha ligueira, “a quase tota-

61 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 401, p. 3, 31 de julho de 1847. Para Cândido Mendes, Joaquim Franco de Sá era o responsável por difundir na Corte “que as lutas dos partidos nesta província se reduziam a meras rivalidades de famílias, [...] o que em máxima parte concorreu poderosamente para não sermos atendidos pelo governo imperial em 1841, 42 e 43”. O “nós”, nesse caso, seria o Partido Saquarema do Maranhão. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 20 de julho de 1847.

62 – O Desembargador Tibúrcio Valeriano, João Pedro Dias Vieira, Manuel Jansen Ferreira, Viriato Bandeira Duarte, Jorge Gromwell, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, Altino Lellis de Moraes, Carlos Fernando Ribeiro. *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 401, p. 4, 31 de julho de 1847.

63 – Faziam parte do partido – além dos citados acima – Coronel Isidoro Jansen Pereira, Sotero dos Reis, Alexandre Théophile de Carvalho, João Duarte Lisboa Serra, Marcolino de Lemos, Desembargador Lobato, Cacio, Macedo; “faltando com causa participada os Srs. Sabino e Machado”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 203, p. 4, 13 de outubro de 1847.

64 – Nasceu em Itapecuru, em 13 de outubro de 1820. Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 1838. Filho de Antônio José Reis e Ana Rosa de Carvalho Reis, iniciou sua carreira como Coletor das Rendas Provinciais, em 1840. No decorrer da sua carreira foi Procurador Fiscal do Tesouro no Maranhão, Inspetor da Alfândega do Pará e vice-presidente daquela província. COUTINHO, Milson. *O poder legislativo do Maranhão (1830-1930)*. São Luís: Edição da Assessoria de comunicação social da Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981, p. 93.

65 – Nasceu em São Luís e, segundo Blake, era bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e proprietário de engenho no Alto-Mearim. No registro da Universidade de Coimbra, aparece matriculado na Faculdade de Filosofia, em Matemática. Era primo de Joaquim Ferreira Valle e de Antônio Henriques Leal. BLAKE, Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881, p. 49 e COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 363.

66 – Nasceu em São Luís, em 14 de agosto de 1820, formou-se em Medicina em Coimbra. Além de exercer a profissão, enveredou pelo jornalismo político e literário, e organizou os dois primeiros *Almanaks* do Maranhão. Publicou livros de instrução primária e

lidade do antigo partido bemtevi, à frente dos quais está o Sr. [Joaquim] Franco de Sá [...] [juntamente] aos antigos cabanos e dissidentes⁶⁷”, reuniu-se para melhorar a província. Os adversários, “debalde invocares o nome bemtevi, esse nome foi de um partido que aniquilastes, o nome porque todos os conhecem é bem diverso⁶⁸”. Esses “homens do exclusivo”, a oposição Bemtevi à Liga Liberal Maranhense, foram batizados, pela folha da Liga, de Camarilha. Seu órgão era o jornal *O Estandarte* e, segundo Marques, foi criado em 1847, “exclusivamente para combater a administração do Dr. Joaquim Franco de Sá⁶⁹”. O principal redator era José Mariani⁷⁰. A cisão entre os dois grupos se deu, segundo os redatores do *Progresso*, porque os ligueiros não tinham como foco trabalhar pela reeleição de José Jansen do Paço⁷¹, irmão de Antônio Jansen do Paço⁷². O redator d’*O Observador* notava que nesse período houve “a briga entre os Jansen Pereira e os Jansens Paços⁷³”. Na eleição para a Câmara Geral, em 1847, na 7ª legislatura, ninguém de sobrenome Jansen compôs a chapa da

traduções de “Mendigo negro” e “Quilança à meia-noite”, de Paul Féval, e “Os mistérios da Inquisição”, de Fereal. MARANHÃO. Antônio Rego. Academia Maranhense de Letras. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/antonio-rego-medico-e-humanista/>. Acesso em: 28.06.20.

67 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 118, p. 3, 18 de junho de 1847.

68 – *Idem, Ibidem*, p. 3-4.

69 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 203.

70 – Com José Jansen do Paço, Eduardo de Freitas, Antônio Joaquim Tavares, Pedro Wenescop Cantanhede, Raimundo José de Faria Mattos.

71 – Filho de Manuel Joaquim do Paço (governador da capitania de São José do Rio Negro) e Anna Jansen de Castro Soeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, primo e cunhado de Isidoro Jansen Pereira, cunhado de João Antônio de Miranda. Contemporâneo de Fernando e Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Manuel Jansen Pereira e José Thomas dos Santos Almeida (suponho que seja o mesmo José Thomaz dos Santos e Almeida das fontes) na Faculdade de Direito. PERNAMBUCO. *Livro de Certidão de Idade* (1833). Arquivo da Faculdade de Direito de Recife, p. 2. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 16 de janeiro de 1843, p. 224. Em 1880, o Diário do Maranhão registra que possuía 64 anos de idade. *Diário do Maranhão*. São Luís. Periódicos (1855-1911): Biblioteca Nacional (BN), n. 2004, p. 2, 7 de dezembro de 1880.

72 – Sobre os dois, ver CUTRIM, Luísa Moraes Silva. Negócios além-mar: a Casa comercial de Antônio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820 - c. 1840). *Revista de História da UEG - Porangatu*, v.7, n.2, p. 61-81, jul./dez. 2018.

73 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 180, p. 2, 7 de dezembro de 1851.

Liga. “[H]avendo divergência sobre o quarto [candidato] entre os snrs. [João Duarte] Lisboa Serra, [João Pedro] Dias Vieira, e Viriato [Bandeira Duarte]⁷⁴”, Lisboa Serra foi o escolhido. Ainda assim, a chapa composta por Lisboa Serra, Joaquim Franco de Sá, Fábio Alexandrino de Carvalho e Francisco Furtado não se consagrou sem divergência interna⁷⁵.

As disputas internas da Liga ocorreram *pari passu* às disputas mais amplas entre os liberais. Uma dessas contendas foi discutida diretamente por Antônio Henriques Leal no *Pantheon Maranhense*. Segundo ele, “correram mui disputadas as eleições populares de 1847, renhindo-se os partidos com incrível fúria. Entre os que mais excederam a pleiteá-las em Caxias, distinguiu-se o próprio juiz de direito da Comarca, que se apaixonou a ponto de querer provocar desordens⁷⁶”. O juiz à época – o qual o biógrafo se recusou a nomear – era Gregório Ozorio Maciel da Costa⁷⁷, acusado por ele de planejar uma “sedição militar”. A autoridade policial,

74 – “[S]endo que cada um destes snrs. foi indicado por duas ou três freguesias. Recolhidas as propostas, reuniu-se a Comissão e atendendo ao número de eleitores das freguesias proponentes, e outras vantagens do partido, escolheu ao Snr. Lisboa Serra para o quarto lugar duvidoso”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 215, p. 2, 2 de novembro de 1847. “Exemplar é a trajetória de Viriato Bandeira Duarte, filho do conselheiro e magistrado Francisco de Paula Pereira Duarte. Formado em Olinda, iniciou a carreira como juiz municipal de São Luís e, em seguida, juiz de direito da Comarca de Cuiabá. Ainda acumulou o encargo com o de chefe de polícia da mesma cidade, além de ter sido eleito para a legislatura de 1853-1856 pelo Mato Grosso”. CIRINO, *op. cit.*, p. 208.

75 – No mesmo número citado na nota anterior, *O Progresso* reproduziu artigo do *Correio Maranhense* – considerado um periódico jansenista – no qual o jornal noticiava que alguns correligionários não poderiam apoiar a chapa porque ela não contemplava nomes importantes como Isidoro Jansen, Desembargador Tibúrcio Valeriano, João Pedro Dias Vieira e Viriato Bandeira Duarte. Os signatários dessa manifestação seriam os próprios Isidoro, Dias Vieira, Jansen Ferreira e Felipe Joaquim Gomes de Macedo. *Idem, Ibidem*.

76 – LEAL, *op. cit.*, p. 327.

77 – Em 1845, no jornal *O Brado de Caxias*, cujo programa era a “oposição ao Governo selvagem que desde 2 de fevereiro de 1844 pesa sobre este desgraçado País” (o primeiro gabinete do chamado “quinquênio liberal”), Gregório Maciel da Costa já era acusado de “violências e insultos”. Na lavra do redator, era um juiz de direito “chefe de um partido [...] liberal, vulgarmente Bemtevi, ou balaio”, que usava a força e as baionetas para garantir a eleição de vereadores e juizes de paz. *O Brado de Caxias*. Caxias. Periódicos (1845-46): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 1, 20 de agosto de 1845, e *O Brado de Caxias*. Caxias. Periódicos (1845-46): Biblioteca Nacional (BN), n. 10, p. 3-4, 25 de outubro de 1845.

após parecer de Francisco José Furtado⁷⁸, juiz municipal da mesma cidade, pronunciou Maciel da Costa, determinando sua prisão. Para Leal, os contemporâneos quiseram manchar a decisão de Furtado pelo “espírito de partido⁷⁹”, mas é difícil desconsiderar o fato de que ele estava implicado na prisão (por 15 dias) de seu opositor político direto. Gregório Maciel da Costa estava ele mesmo envolvido na luta entre os liberais pela hegemonia na Assembleia Provincial⁸⁰, bem como pelo cargo de deputado geral na eleição daquele ano⁸¹. Outrossim, Joaquim Franco de Sá, o chefe da Liga, foi acusado de utilizar amplamente o cargo de presidente da província para garantir o resultado das eleições, tanto pelas demissões, como pelo uso da força e intimidação (notadamente o destacamento das tropas e o recrutamento)⁸². No mesmo período, a outra querela foi completamente ignorada por Henriques Leal. Ela dizia respeito a um dos grandes fiadores da administração de Franco de Sá: o senador Antônio Pedro da Costa Ferreira⁸³, barão de Pindaré, sogro e tio de Joaquim Franco de Sá e tio de José Ascenção da Costa Ferreira⁸⁴. O barão foi deputado geral na 2ª legislatura da Câmara Geral (1830-33), presidente da província do Maranhão (1835-37) e senador do Império em 1837.

78 – Nascido em 3 de agosto de 1818, em Oeiras, Piauí. Estudou com João Pedro Dias Vieira e Fábio Alexandrino de Carvalho na Faculdade de Direito Olinda, e terminou o curso em 1838 na Faculdade de São Paulo.

79 – LEAL, *op. cit.*, p. 328.

80 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 141, p. 2, 20 de julho de 1847.

81 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), 22 de dezembro de 1847, n. 25, p. 2.

82 – O futuro Barão de Cotegipe discursou longamente contra as ações de Joaquim Franco de Sá na condução das eleições. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de maio de 1848, p. 72-74. A comissão de poderes da Câmara Geral anulou as eleições primárias de Brejo e Viana, e decidiu que Joaquim Franco de Sá, Isidoro Jansen, Francisco Furtado e Fábio Alexandrino de Carvalho foram os eleitos.

83 – Nasceu em 26 de dezembro de 1778, em Alcântara. Recebeu o grau de bacharel em Leis em 1803 pela Universidade de Coimbra. Retornou ao Maranhão para administrar a fazenda com seu pai.

84 – Nasceu em Alcântara em 10 de fevereiro de 1823, estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Olinda. Juiz de direito na Paraíba, desembargador, procurador da Coroa, presidente da Relação do Maranhão e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Publicou “Lições de economia política” (1872). VIVEIROS, *op. cit.*, p. 133.

Leal, seu primeiro biógrafo, afirmou que sua indicação para o Senado findou “o ciclo de suas aspirações – despedindo-se da política militante, para poder deliberar sem paixão nem preconceitos⁸⁵”, um requerimento imposto pelo cargo da instituição vitalícia. Uma afirmação decerto laudatória e que, para este exame, interessa menos que sua observação seguinte: “passou a residir na Corte e ninguém o viu subir nas escadas dos ministros para solicitar para si e para os seus⁸⁶”. Opositores⁸⁷ de Costa Ferreira certamente desconfiariam da afirmação de distanciamento das questões políticas locais devido a sua presença no Senado⁸⁸. Se observarmos sua atuação na câmara vitalícia, é difícil não lhes dar razão. Em 1847, no auge da Liga, Costa Ferreira ocupou a tribuna para responder aos

85 – LEAL, *op. cit.*, p. 130.

86 – *Idem, Ibidem.*

87 – “Ontem entrou em primeira discussão a resolução da câmara temporária aumentando o número de deputados da província de Mato Grosso, Maranhão e Rio Grande do Norte. A oposição, movida pelo senador Costa Ferreira, compareceu em peso, e não podendo obstar a passagem da resolução tratou de chicanear [...]. O senador Vergueiro fez-lhe desabrida guerra, porém o senador Costa Ferreira deixou-se ficar mudo, porque não lhe ficava bem falar contra, quando já tem falado a favor em outras ocasiões: hoje o projeto lhe não convém”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 9 de março de 1850. Lembro que nesse período a Liga Liberal Maranhense, grupo político de seu genro, já havia perdido força na província. Leal afirma que Feijó o quis como Ministro do Império para depois anunciar sua renúncia da Regência, convite que Costa Ferreira teria negado. Em reunião na casa do senador maranhense, políticos como Paula Sousa, José Custódio Dias e o Padre José Bento, teriam escrito carta pontificando que “era a vontade do partido” sua permanência. Ver LEAL, *op. cit.*, p. 131. Sobre a relação de Feijó e Costa Ferreira, cf. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional, 1940, p. 192, p. 543 e *passim*. Ver ainda menção em RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 1998, p. 18-19 e *passim*. Leal fala ainda de seu papel no grupo da Maioridade (p. 133). Sobre isso ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil* – Bernardo Pereira de Vasconcelos, v. III. Brasília: Senado Federal, 2015, p. 206.

88 – Lá, bradava contra a interferência dos ministros nas eleições locais, interpelando Bernardo Pereira de Vasconcelos, Holanda Cavalcanti e, nesta fala, o Conde de Caxias: “Perdoe-me o nobre senador: é como os ministros escrevem – sempre aos amigos! – Pois os senhores pensam que os ministros escrevem de outro modo para as províncias quando querem nomear candidatos? Dizem – mando – por ventura? Não. Dizem: eu peço ao meu amigo do coração que faça eleger fulano, quanto a mim, prometo protegê-lo; esteja certo que seus negócios hão de ser atendidos; seu irmão há de ser despachado, etc. São estas as palavras de que usam. Mas, pergunto eu, é assim que V. Ex.^{as} entendem o voto livre? E assim que se cumpre a promessa feita ao país?” BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 24 de maio de 1848, p. 182.

discursos de José Jansen do Paço e José Thomaz dos Santos e Almeida. Os conflitos políticos aludidos por José Thomaz em seu discurso para pedir a demissão de Franco de Sá diziam respeito a uma série de eventos ocorridos no Maranhão nos quais Isidoro Jansen Pereira esteve envolvido e não foi punido (notadamente o “roubo de africanos de um navio” e uso de “cédulas falsas nas eleições”). Nas palavras do senador, “o Sr. Santos Almeida soltou aquelas palavras [sobre os crimes] nas faces do sr. Jansen, seu primo e seu cunhado, e o sr. Jansen não deu um só “não apoiado”, não deu um aparte, sofreu pacificamente esse insulto que o colega lhe fazia⁸⁹”. Por essa razão, segundo ele, tomou a tribuna para defender Isidoro Jansen e pediu que Jansen do Paço esclarecesse sobre as cédulas falsas. Segundo o Barão de Pindaré, Jansen do Paço de fato se manifestou, mas “voltou-se contra mim, atribuindo-me intenção de infamá-lo, quando dissera que ele sabia do negócio das cédulas⁹⁰”. Essa rusga é repleta de detalhes e minúcias que mereceriam elas mesmas uma exploração mais cuidadosa; importa reter, aqui, o fato de que Costa Ferreira se dizia envolto em “intrigas de família”, quando a acusação inicial que lhe foi dirigida – ele mesmo reconhecia – foi a de pedir o adiamento da apreciação sobre a criação de dois colégios eleitorais na província, e que, portanto, “era preguiçoso para fazer o bem, mas que, para o mal, estava sempre pronto⁹¹”. A interpretação direta era que se a criação desses colégios fosse do interesse de seu grupo político, ele não a obteria⁹². De seu ponto de vista, ele se

89 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 10 de setembro de 1847, p. 150.

90 – *Idem, Ibidem*, p. 151.

91 – *Id., Ibid.*, p. 149.

92 – Nas palavras do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos: “o atual presidente do Maranhão, ([oaquim] Franco de Sá, em um ofício pediu ao governo que criasse mais alguns colégios naquela província [...]. Como a lei última determinou que uma vez feita a divisão pelos presidentes de província [...], não podia esta ser alterada senão por lei”, essa informação devia ser levada ao corpo legislativo. Costa Ferreira justificou seu requerimento de adiamento da discussão pela divergência do Ministro do Império (Paula Souza), com quem teria conversado, e que entenderia que “cada comarca conservasse um colégio eleitoral”. BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 25 de agosto de 1847, p. 150, p. 383-384. É importante lembrar que os três senadores estiveram sequencialmente envolvidos em questões eleitorais. Em 1846, a comissão que deu o parecer sobre a reforma eleitoral era composta por Costa Ferreira, Paula Souza e Vergueiro. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, “ofereceu, como sendo seu, o projeto vindo da Câmara” da reforma desse mesmo ano, permitindo que o gabinete se desenredasse das alterações feitas pelos

manifestava a favor de Isidoro Jansen e do presidente da província “porque se disse que [o último] apadrinhava um partido em que se achavam como proeminentes pessoas implicadas em crimes⁹³”. A acusação se deu de tal modo que jornais circulariam que ele tramava pela demissão do chefe de polícia (Manuel Cerqueira Pinto) responsável pelo caso das cédulas. “Ninguém sabe disso melhor que o sr. José Thomaz, ele veio para o Senado e disse-me: você pediu demissão do chefe de polícia? Eu respondi que não. Pois eu, observou ele, vim da casa do sr. Vergueiro, a quem falei sobre este objeto, e tive resposta que o senhor lhe não falara a este respeito⁹⁴”. Vergueiro era o Ministro da Justiça do gabinete Alves Branco. Uma leitura crédula do discurso de Costa Ferreira poderia chancelar a interpretação de que ele estava fazendo mero desagravo a sua honra e à de sua família. Por outro lado, se havia alguma exatidão em suas palavras, ele foi à tribuna do Senado não apenas para se defender pessoalmente, mas politicamente, inclusive porque, segundo ele, um deputado maranhense se mobilizou para pressioná-lo a partir de um ministro do Império.

Nesse sentido, as eleições de 1847 para a Câmara Geral delinearam a divisão entre ligueiros e a oposição bemtevi (Gregório Maciel da Costa, José Jansen do Paço, José Thomaz Santos e Almeida e José Martins Ferreira). Como se viu, dentre os membros da Liga, também havia grupos distintos: a chapa consagrada pelo presidente da província (Joaquim Franco de Sá, Francisco Furtado, Fábio Alexandrino de Carvalho e João Duarte Lisboa Serra) e o grupo “não contemplado” (João Pedro Dias

liberais da comissão no Senado, o que lhe permitiria granjear o apoio dos conservadores. Em 1848, Paula Souza apresentou um projeto de reforma eleitoral que, apesar de não ser aprovado, serviu de base para as discussões sobre a Lei dos Círculos, em 1855. Cf. FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 100-101. “Ser membro de uma comissão importante, dava, portanto, ao parlamentar um peso especial entre os pares e um poder de barganha decisivo. Um projeto que recebia um parecer favorável da comissão responsável por sua análise começava seu trajeto pelos escaninhos do parlamento com melhores chances de aprovação”. DANTAS, Monica Duarte; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. Debates parlamentares e seus usos pelo historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2018, p. 61.

93 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 10 de setembro de 1847, p. 153.

94 – *Idem, ibidem*, p. 155.

Vieira, Isidoro Jansen Pereira, Tibúrcio Valeriano e Viriato Bandeira Duarte). O resultado, como se viu, ratificou a maioria do presidente; ainda assim, um membro da “minoria ligueira” (Isidoro Jansen Pereira) também foi confirmado. João Duarte Lisboa Serra ficou na suplência.

Janotti atribuiu à suplência de Lisboa Serra⁹⁵ nessa eleição – o dito “candidato do gabinete”⁹⁶ – a retirada de Franco de Sá da presidência da província do Maranhão, no início de 1848⁹⁷. A eleição para o Senado naquele ano, após a morte de Patrício José de Almeida e Silva, já na administração do presidente seguinte, Antônio Alves do Amaral, marcou uma nova guinada na organização dos grupos políticos locais. Desde o final de 1847 que o redator d’*O Observador* conclamava os Bemtevis “ou ao isolamento, [...] ou fazer causa comum [...] com o partido saquarema”⁹⁸. Em 1848, tanto *O Observador* de Cândido Mendes como *A Revista* de Sotero dos Reis noticiaram uma fusão dos partidos para excluir Franco de Sá da lista tríplice⁹⁹. Esse acordo teria sido costurado pela liderança de José Jansen do Paço (do lado dos bemtevis) e pelos “ele-

95 – Nascido em Itapeturu, em 31 de maio de 1818, bacharelou-se em Ciências Matemáticas e Ciências Naturais em 1841, em Coimbra, inspetor de finanças do Rio de Janeiro, tesoureiro-geral do Tesouro Nacional, primeiro presidente do novo Banco do Brasil, presidente da província da Bahia e Conselheiro do Império. Cf. BORRALHO, *op. cit.*, p. 136. Segundo seu biógrafo, sua carreira contava com as boas graças de Alves Branco, Paula Sousa e do Visconde de Itaboraí; teria, inclusive, recusado convite do Marquês de Paraná para um ministério. Cf. LEAL, *op. cit.*, p. 280-281. O Visconde de Mauá seria íntimo dele. Cf. MARCHANT, Anyda. *Viscount Mauá and the Empire of Brazil: A Biography of Irineu Evangelista de Sousa (1813–1889)*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1965, p. 120-121.

96 – Na eleição de 1847 sua candidatura era considerada – pela oposição – uma “imposição” destinada a “acomodar o ministro Alves Branco”. Sua boa conexão com o ministério não deve ser subestimada, tendo em vista sua nomeação para a presidência do Banco do Brasil em 1854. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 20 de outubro de 1847 e SUMMERHILL, William. *Inglorious Revolution: political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in Imperial Brazil*. New Haven: Yale University Press, 2015, p. 202 e *passim*.

97 – JANOTTI, 1977, p. 107.

98 – *O Observador*. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 16-17, p. 8, 3 de novembro de 1847.

99 – *A Revista*. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 440, p. 4, 30 de abril de 1848.

mentos discordantes da liga¹⁰⁰”, João Pedro Dias Vieira¹⁰¹, Manuel Jansen Ferreira e Felipe Joaquim Gomes Macedo (secundados pelos esforços da Comissão Central do Partido Bemtevi, notadamente de José Maria Barreto¹⁰²). O resultado seria dividir os colégios eleitorais da capital, ficando metade sob o controle de cada grupo, o que garantiria o sucesso do esforço eleitoral. Não obstante a manobra, envolta na recorrente notícia de conflitos e sanguinolência, Joaquim Franco de Sá acabou eleito num pleito em que Paulino José Soares Sousa, o futuro Visconde do Uruguai, foi candidato pela província do Maranhão. Segundo carta atribuída, pelos opositores, ao próprio Sá, essa foi uma candidatura apoiada pela “Camarilha do Maranhão¹⁰³”. Na circular creditada ao ex-presidente da província, ele agradecia à “Camarilha o precioso e transcendente benefício que fez à Liga com adotar essa candidatura, que veio *desmascarar-lhe* a impostura do nome Bemtevi” ao favorecer o “*chefe mais ferrenho* dos Saquaremas¹⁰⁴”. Após a eleição de Franco de Sá para o Senado, confirmada em 1849¹⁰⁵, a Liga perdeu força e deu lugar a essa aliança forjada

100 – *O Observador*. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 43-44, p. 2, 28 de abril de 1848.

101 – O futuro senador João Pedro Dias Vieira nasceu em Guimarães, em 30 de março de 1820. Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Olinda, mas, segundo Henriques Leal, foi perseguido pelos lentes por sua participação no *Argos Olidense*, “órgão de doutrinas liberais”, onde redigia com Fábio Alexandrino de Carvalho, Francisco Furtado, Antônio Borges Leal Castelo Branco, Vilhena, e o futuro Barão de Penedo. “[N]ão quiseram Furtado e Carvalho Moreira expor-se à mesma sorte, e foram para São Paulo, e com eles João Pedro Dias Vieira”. Lá teria finalizado o curso, em 1841. LEAL, *op. cit.*, p. 232-233.

102 – Nascido no Rio de Janeiro em 1818, filho do cirurgião-mor de mesmo nome, se tornou médico-cirúrgico em 1839 em Lisboa e Doutor em Medicina em Louvain, França, no mesmo ano. Vereador, deputado provincial e geral. Cavaleiro da Ordem de Cristo e Tenente do 2º Batalhão da Guarda Nacional em 1852, um dos maiores proprietários rurais do Maranhão. COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 395-399.

103 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 49, p. 4, 24 de maio de 1848.

104 – *Idem, Ibidem*.

105 – “Sem dúvida houve nesta eleição grande agitação e tumulto, especialmente nos círculos eleitorais de Caxias e Alcântara, resultando duplicata de eleitores e colégios eleitorais.” Após exame no Conselho de Estado, “à vista das representações que impugnaram a apuração, nada encontrou esta a notar” e, portanto, recomendava que Franco de Sá tomasse assento. BRASIL. *Anais do Senado*. (1850). Terceira sessão preparatória em 29 de dezembro de 1849, p. 8. O outro eleito foi Joaquim Vieira da Silva.

entre os liberais que se opunham à Liga (considerados exaltados, ou da Estrela, porque sua tipografia seria instalada na Rua da Estrela, ou ainda da Camarilha) e conservadores, notadamente Cândido Mendes.

A dissolução da Assembleia Geral em 1849 abriu espaço para uma renovação da representação legislativa maranhense no Rio de Janeiro. Os bemtevis do *Estandarte* proclamaram uma aliança com o presidente da província de então, Herculano Ferreira Penna¹⁰⁶, “um ato de sua muito livre vontade¹⁰⁷”, a ponto de indicá-lo na chapa geral do partido¹⁰⁸ para a vaga de deputado. A chapa opositora (segundo o testemunho de um adversário, note-se) teria sido composta pelos ligueiros de outrora¹⁰⁹. A principal representação contra o resultado desta eleição, para além das alegações usuais de uso da força e coação, veio do presidente da Câmara Municipal de São Luís: Isidoro Jansen Pereira. Ele “verificou que existiam atas em duplicata em 8 colégios, exceto o de Alcântara, sendo a metade delas apresentada pelo próprio presidente¹¹⁰”. Como a maioria da Câmara Municipal rejeitou seus requerimentos em relação às sobreditas fraudes (1º: de apurar as atas que ele apresentou; 2º: de incluir como parte do seu voto um relatório que já continha a apuração delas; e finalmente: suspender a sessão), o restante dos vereadores finalizou a apuração das

106 – “Enquanto Luzias e Saquaremas ocupavam o poder central, Herculano servia a todos”. NOGUEIRA, Vera Lúcia e PAULA, Dalví Greiner de. De professor público a presidente de província: anotações sobre a trajetória política de Herculano Ferreira Penna (1811-1867). *II Encontro Internacional da Sociedade Brasileira do Oitocentos*. Niterói, 2016, p. 5.

107 – *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 22, p. 2, 16 de novembro de 1849.

108 – Herculano Penna, José Jansen do Paço, Cândido Mendes, Tenente-Coronel Joaquim Mariano Franco de Sá. Na suplência: José Thomaz dos Santos e Almeida, Gregório Tavares Maciel da Costa e Antônio Jansen do Paço. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 21, p. 2, 9 de novembro de 1849. Todos foram eleitos, porém Herculano Penna assumiu a vaga por outra província, e José Thomaz assumiu em seu lugar.

109 – Dois seriam do “grupo Sá” (Fábio Alexandrino de Carvalho e Carlos Fernando Ribeiro) e os outros dois do grupo jansenista (Manuel Jansen Pereira e João Pedro Dias Vieira). *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 19 de julho de 1849.

110 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sétima Sessão Preparatória em 22 de dezembro de 1849, p. 22.

atas que consideravam autênticas e expediu os diplomas dos deputados. A comissão de poderes da Câmara Geral considerou que poderia simplesmente aprovar os atos do Legislativo Municipal (como o fez), mas ainda se ocupou de prestar os devidos esclarecimentos. É digno de nota que, numa Câmara Geral quase unanimemente conservadora¹¹¹, a província do Maranhão tenha eleito, ao mesmo tempo, uma bancada quase unanimemente liberal. Outra questão importante é que dentre os eleitos, três deles retornavam à Assembleia Geral: José Jansen do Paço, Cândido Mendes e José Thomaz. Com o aumento do número de deputados em 1850, mais dois liberais da Estrella tomaram assento¹¹². Por um lado, é difícil não associar essa alternância dos grupos no poder com as alianças que fizeram com os respectivos presidentes de província (tanto Joaquim Franco de Sá como Herculano Ferreira Penna). Por outro, como as próprias comissões de poderes da Câmara Geral enfatizavam, é igualmente difícil discernir a acusação de coação e uso da força em relação à necessidade de manutenção da ordem nas eleições. De todo modo, o aumento do número de vagas também contemplou o Senado, e a comissão central do Partido Bemtevi¹¹³ ratificou em sua chapa o desembargador José Mariani, o comendador Ângelo Carlos Moniz e o deputado geral e tenente-coronel

111 – Francisco Iglésias afirma que a única exceção liberal entre os representados na Câmara Geral em 1850 era Bernardo de Sousa Franco. IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: o Brasil monárquico. v. 5: Reações e Transações. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 25.

112 – Gregório Tavares Maciel da Costa e Antônio de Barros e Vasconcellos, ambos eleitos, segundo *O Observador* e o *Estandarte*, com as boas graças do presidente da província seguinte, Honório Pereira de Azeredo Coutinho. O suplente foi José Martins Ferreira, como “havia muito antecipadamente providenciado a comissão central”. Os outros dois concorrentes eram Frederico José Corrêa (agora redator d’*O Observador* após a eleição de Cândido Mendes) e Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 150, p. 4, 18 de março de 1848.

113 – *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 87, p. 4, 6 de fevereiro de 1851.

Joaquim Mariano Franco de Sá¹¹⁴. Moniz foi o escolhido pelo imperador¹¹⁵.

A despeito do amplo domínio das frações liberais no Maranhão entre 1842 e 1852, o periódico liberal *A Imprensa*, ao lançar um olhar retrospectivo sobre a vida pública local, sustentou que desde 1848, “[...] durante esses anos do domínio saquarema [...], temos vivido em oposição¹¹⁶”, notadamente nas administrações de Eduardo Olímpio Machado (1851/1855) e Antônio da Cruz Machado (1855/1857), ambos conservadores. Seu redator era Carlos Fernando Ribeiro¹¹⁷. Com a morte de Joaquim Franco de Sá em 1851, abriu-se nova vaga para o Senado, e a comissão central do Partido Bemtevi (ou a “oligarquia dos três Josés¹¹⁸”) organizou outra chapa para disputar a senatoria. Nesse período, segundo

114 – O tenente-coronel Joaquim Mariano Franco de Sá, filho de Antônio Raimundo Franco de Sá, cursou Matemática na Universidade de Coimbra. Primo do ex-presidente da província e seu homônimo, “o sr. Joaquim Mariano tem sido o alvo dos tiros do despeitado recrutador Onofre [irmão de Carlos Fernando Ribeiro] e dos seus primos – presidente [Joaquim Franco de Sá] e vice-presidente [Carlos Fernando]”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 27, p. 2, 5 de janeiro de 1848 e PINHEIRO, Luiz Antonio. *A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís Oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: o caso da Companhia Anil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, p. 112.

115 – Numa eleição, segundo a apreciação no Senado, com poucas irregularidades. BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão em 6 de dezembro de 1852, p. 13. Os mais votados, segundo apuração reproduzida no *Publicador Maranhense*, foram José Mariani (482), Joaquim Mariano (442) e Ângelo Carlos Moniz (397). *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1141, p. 3, 31 de julho de 1851.

116 – *A Imprensa*. São Luís. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN), n. 14, p. 1, 18 de julho de 1857.

117 – Durante a administração de Franco de Sá – seu primo, segundo os jornais da oposição – tornou-se vice-presidente da província e, de acordo com Cândido Mendes, “sua sombra”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 27, p. 3, 5 de janeiro de 1848. Seus opositores n’*O Estandarte* foram mais longe e afirmaram que, no ano seguinte, ao escrever seus artigos n’*O Progresso*, “talvez supunha-se com privilégios por ser o herdeiro presuntivo do Feudo do Metralhador!”. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 12, p. 4, 3 de agosto de 1849. Nascido em 30 de outubro de 1815 em Alcântara, formou-se em Direito (Olinda), Medicina (Filadélfia) e Agronomia (Yale College) e foi dono do engenho Jirijó. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 127.

118 – José Jansen do Paço, José Mariani e José da Silva Maia. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 188, p. 1, 18 de fevereiro de 1852.

o redator d'*O Observador*, “ninguém tem advogado melhor a causa [do partido Bemtevi] do que nós¹¹⁹”. Por isso, criticava a alegada exclusão, pela comissão, de José Thomaz dos Santos e Almeida, para a formação de uma lista tríplice¹²⁰ com José Mariani, João Caetano Lisboa¹²¹ e Jerônimo José Viveiros¹²². Viveiros¹²³ foi eleito deputado provincial em 1840, em 1852 e assumiu a vaga de Senador em 1853¹²⁴.

A eleição para o Senado em 1852 foi a última incursão eleitoral bem-sucedida do Partido Bemtevi capitaneado por José Jansen do Paço (apesar da escolha de Viveiros ter sido considerada uma derrota para os Estrellados, que preferiam José Mariani¹²⁵). Na *história dos partidos*, dessa vez urdida por Luiz Antônio Vieira da Silva já em 1860¹²⁶, figura im-

119 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 185, p. 2, 20 de janeiro de 1852.

120 – A lista tríplice *saquarema* seria composta pelo Conselheiro Joaquim Vieira da Silva, comendador Honorato Alves de Souza e Herculano Ferreira Penna. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 196, p. 2, 5 de maio de 1852.

121 – Juiz de direito de Caxias. *Idem, Ibidem*, p. 1.

122 – Ainda em 1852 o redator d'*O Observador* afirmava romper com o Partido Bemtevi, apesar de ter manifestado lealdade a Jerônimo José Viveiros. Viveiros, segundo o próprio jornal, se dizia *saquarema*. Nas suas páginas, se tratava – na verdade – de “um saquarema camarilheiro”, que sonhava com a “baronia” e com o Senado. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 189, p. 1, 28 de fevereiro de 1852.

123 – Jerônimo José Viveiros é considerado, por Jerônimo de Viveiros (seu bisneto), chefe do “Partido Cabano alcantareense”. Nascido em São Luís em 1784, era lavrador e criador em Alcântara, casado com Ana Rosa Mendes Viveiros. Pai de Francisco Mariano Viveiros Sobrinho, o Barão de São Bento, deputado provincial e deputado geral em 1857. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 119.

124 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão em 6 de maio de 1853, p. 9. Segundo a apuração publicada n'*Observador*, os mais votados foram: José Mariani (429), João Caetano Lisboa (419), Jerônimo José de Viveiros (388). *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 200, p. 2, 24 de junho de 1852.

125 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 216, p. 1, 1 de dezembro de 1852.

126 – O futuro Visconde de Vieira da Silva foi advogado, poeta, jornalista, escritor, deputado provincial (1860), deputado geral (1861-63, 1867-73) e senador do Império de 1871 até o fim da vida, em 1889. Conservador, formado em leis e cânones pela Universidade de Heidelberg, em 1849. Entre 1852 e 1857, foi secretário de governo de Antônio da Cruz Machado, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort e Manoel Gomes da Silva Belfort. Ver respectivamente LEAL, *op. cit.*, p. 239 e COUTINHO, *op. cit.*, p. 426-428

portante nas disputas políticas de meados da década de 50 no Maranhão, os desenvolvimentos posteriores a essa eleição levaram à formação de um

novos partido, que então não tomou designação alguma, mas onde já preponderava o elemento conservador, organizou-se com os membros dissidentes da Estrella, o senador Viveiros e seus filhos, os Lima de Itapeturu, e o deputado José Thomaz dos Santos e Almeida, influente nas comarcas de Guimarães e Viana; os chefes da liga Drs. Furtado, Fábio, João Pedro e Carlos Ribeiro, sendo este último redator em chefe do periódico – o Progresso – o qual substituiu depois – A Imprensa – os chefes dos saquaremas puros Drs. Cândido Mendes, [Frederico José] Corrêa, e os membros do antigo partido cabano, barão do Coroatá, comendador Belfort, Dr. Viriato e Sr. Francisco Sotero dos Reis, redator de O Constitucional¹²⁷.

Seu objetivo declarado ao realizar essa descrição era assentar que o Partido Conservador do Maranhão, “que desde 1840 havia sido completamente desmontado e esquecido, reaparecia, apoiado em uma parcialidade liberal¹²⁸”. Escrevendo também na década de 60, o redator do *Observador* registrou que os candidatos dessa nova liga, do final de 1852, eram Francisco Balthazar da Silveira, José Thomaz dos Santos e Almeida, José Ascenço da Costa Ferreira (dissidentes do Partido Bemtevi), Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort¹²⁹, Cândido Mendes e João Duarte Lisboa Serra¹³⁰, todos eleitos¹³¹. Para as eleições municipais daquele ano,

127 – *O Século*. São Luís. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN), n. 90, p. 3, 5 de outubro de 1860.

128 – *dem*, *Ibidem*.

129 – Futuro Barão do Gurupi, membro da poderosa parentela Belfort, nasceu em São Luís, em 1818, bacharel em Direito, magistrado. Seu sogro era o pai de Viriato Duarte, o presidente do Supremo Tribunal (1849-51) Francisco de Paula Pereira Duarte. Coutinho afirma que esse laço lhe abriu a Corte para pleitear o baronato. COUTINHO, Fidalgos e Barões..., *op. cit.*, p. 282-284.

130 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), n. 686, p. 1, 26 de janeiro de 1861.

131 – Os candidatos Bemtevi ficaram na suplência (José Jansen do Paço, Manoel Cerqueira Pinto e José Martins Ferreira). O outro suplente foi Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. O parecer da eleição do Maranhão foi aprovado sem debate. Os liberais interessados do *Progresso*, inclusive, asseveraram a tranquilidade desse pleito. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sétima Sessão Preparatória em 27 de abril de 1853, p. 71. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 72, p. 1, 11 de setembro de 1853.

a chapa do Partido Liberal foi radicalmente diferente, reunindo-se, segundo notícia do *Publicador Maranhense*, na casa de Carlos Fernando Ribeiro e João Pedro Dias Vieira para celebrar os candidatos aos cargos de vereador¹³². Sua composição denotava, novamente, o princípio ligueiro que retornaria no final da década de 50, e que foge ao escopo desta empreitada. Ainda segundo Vieira da Silva, as “rivalidades entre as famílias Sá e Viveiros de Alcântara”¹³³ levaram ao rompimento dessa liga e à saída de Carlos Fernando Ribeiro e José Joaquim Ferreira Valle¹³⁴. O próprio *Estandarte* deu notícia dessa cisão. Ambos foram acolhidos pelos Bemtevis em 1855, reagrupando os liberais após a dita traição dos Viveiros e José Thomaz que, na versão estrellada dos fatos, teriam sido “comprados” pelo então presidente Eduardo Olímpio Machado¹³⁵.

Considerações finais

Para finalizar este quadro da elite política do Maranhão, construí duas tabelas que sistematizam os atores e grupos políticos que figuraram neste trabalho. É importante notar que elas representam as disputas para as legislaturas da Câmara Geral e do Senado. Nesse sentido, elas não são exaustivas em relação aos membros da elite política do Maranhão e certamente contariam com mais nomes se também enfocassem a Assembleia Legislativa Provincial e as Câmaras Municipais. De qualquer maneira,

132 – Os candidatos: Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, José Vieira da Silva, João Pedro Dias Vieira, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, Raimundo Teixeira Mendes, Carlos Fernando Ribeiro, Manoel Gonçalves Ferreira Nina, Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal e Hermenegildo Antônio da Encarnação e Silva. *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1441, p. 3, 3 de setembro de 1853.

133 – *O Século*. São Luís. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN), n. 90, p. 3, 5 de outubro de 1860.

134 – Futuro Visconde do Desterro, escreveu em *O Progresso*, a *Moderação* e fundou *A Imprensa* com Carlos Fernando Ribeiro. COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 362-368 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 209.

135 – Fusão recebida pela nova comissão central do Partido Bemtevi: Ângelo Carlos Moniz, José da Silva Maia, Joaquim Antônio Cantanhede, João Bernardino Jorge Junior e Joaquim da Costa Barradas. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 42, p. 4, 6 de julho de 1855.

elas permitem uma observação mais ampla da organização política no período das eleições; de maneira mais específica, permite uma observação direta da identidade política dos deputados maranhenses eleitos. Para construí-las, utilizei uma distinção analítica com o objetivo de classificar a elite maranhense. Defini que os membros mais proeminentes da elite maranhense – a *elite política maranhense* – buscavam aglutinar a influência política e conseguiam ocupar regularmente¹³⁶ os cargos mais importantes da província. Dessa forma, a elite política maranhense é aquela que se elegia, sequencialmente, para os cargos do governo central (deputados e senadores do Império). A *elite política provincial*, por outro lado, ocupava os cargos do Executivo e Legislativos da província (ainda que eventualmente se tornassem deputados gerais, mas sem lograr reeleição).

Na interpretação clássica sobre o Maranhão desse período, fala-se de fragmentação dos cabanos e bemtevis após a Balaiada e do domínio de facções reunidas em torno das famílias com grande poder econômico¹³⁷. Conquanto esse seja um aspecto da questão, ele não explica, por exemplo, a força eleitoral de figuras como José Thomaz dos Santos e Almeida e de José Jansen do Paço após a cisão com Joaquim Franco de Sá e os Jansen Pereira (membros de famílias ricas e influentes politicamente). Além disso, antes de serem eleitos para os respectivos cargos de expressão nacional¹³⁸, a maioria dos membros do Partido Liberal¹³⁹ já possuía curso superior – 12 dos 15 (80%) – bem como tinha ocupado pelo menos um cargo público (também 12 dos 15, ou 80%). Logo, é possível falar, nesse período, pelo menos entre os liberais, em um padrão de carreira política, ao contrário do que Flávio Reis havia estabelecido anteriormente em sua obra. Dois exemplos podem qualificar esse ponto. Ângelo Carlos Moniz

136 – Em relação ao cargo de deputado geral, isso significa se eleger pelo menos duas vezes por década (metade das legislaturas num espaço médio de 12 anos). A partir de 1843 até o final do Império, a cada dez anos tinha lugar, em média, quatro legislaturas (15 legislaturas em 46 anos, com um tempo médio de 3 anos por legislatura, sem levar em consideração as dissoluções da Câmara Geral).

137 – REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: Unigraf, 2007, p. 53-58.

138 – Deputado geral e senador.

139 – Da elite política maranhense e da elite política provincial.

não possuía curso superior, porém participou da condução dos negócios públicos da província desde os tempos do Conselho da Presidência¹⁴⁰ (que deixou de funcionar em 1834), órgão que, juntamente aos Conselhos Gerais de Província, precedeu as Assembleias Provinciais. José Jansen do Paço, por sua vez, até onde pude verificar, não ocupou nenhum cargo público antes de sua eleição para a Câmara Geral. Por outro lado, seu nome já figurava nas disputas eleitorais no início dos anos 40¹⁴¹, e na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa Provincial em 1843¹⁴². Logo, se controlássemos pela variável “participação política”, os números possivelmente seriam superiores. O que isso significa é que já havia, sim, grupos políticos organizados na província do Maranhão nessa época (em vez de somente “facções familiares”). O sucesso eleitoral alcançado pelas frações liberais, entre 1842 e 1852, é um sinal inequívoco dessa organização.

140 – Cf. CIRINO, *op. cit.*

141 – *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 24, p. 3, 5 de outubro de 1842.

142 – *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 72, p. 3, 1 de abril de 1843.

TABELA 1 – ATORES E GRUPOS DO PARTIDO LIBERAL MARANHENSE (1842/1854)

Elite política maranhense	Elite política provincial	Figuras importantes/Correligionários
Antônio Pedro da Costa Ferreira, Barão do Pindaré (senador do Império, 1837-1860).	Francisco José Furtado (deputado geral, 1848-1849)	João Francisco Lisboa (considerado chefe da Liga Liberal Maranhense, Redator d'O Publicador Maranhense, deputado provincial).
	Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, (deputado geral, 1848-1849).	
José Thomaz dos Santos e Almeida (deputado geral, 1845-1847, 1850-1856).	D. Francisco Balthasar da Silveira (deputado geral, 1853-1856).	Antônio Raimundo Franco de Sá (Diretor Geral dos Índios, deputado provincial 1841-1846) ¹ .
Joaquim Franco de Sá (deputado geral 1843-1849, presidente da província 1846-1848, senador do Império 1850-1851).	José Ascenço da Costa Ferreira (deputado geral, 1853-1856).	Carlos Fernando Ribeiro.
	João Duarte Lisboa Serra (deputado geral, 1853-1856).	Altino Lellis de Moraes Rego ² .
	Isidoro Jansen Pereira (presidente da Câmara Municipal 1847, deputado geral 1848-1849).	João Pedro Dias Vieira. Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal
	Antônio de Barros e Vasconcelos (deputado geral 1850-1852) ³ .	José Maria Barreto Jr. Antônio Rego
Ângelo Carlos Moniz (senador do Império, 1852-1863).	Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa (deputado geral 1850-1852) ⁴ .	José Martins Ferreira ⁵ .
		Tibúrcio da Silva Tavares ⁶ .
		Manuel Cerqueira Pinto ⁷ .
José Jansen do Paço (deputado geral, 1845-1847, 1850-1852).	Ten. Cel. Joaquim Mariano Franco de Sá (deputado geral, 1850-1852).	Manuel Jansen Ferreira (deputado provincial 1843-1848). José Mariani.
	Manuel Jansen Pereira (Deputado geral 1843-1844, deputado provincial 1846-1849).	José da Silva Maia ⁸ . Tenente Coronel Antônio Jansen do Paço (deputado provincial 1841-1842).

1 – Presidente da Assembleia em 1845 e 1846. Sabe-se, por Jerônimo Viveiros, que Antônio Raimundo fez parte dos maranhenses oriundos de Alcântara que estudaram em Coimbra. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 62-63 e BORRALHO, 2009, p. 131-134. Primo de Joaquim Franco de Sá.

2 – Tenente-coronel da Guarda Nacional, deputado provincial em 1849, apresentou à Assembleia Provincial um requerimento de anistia dos envolvidos na Revolução Praieira, diretor interino da Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi, entre 1859 e 1866.

3 – Nascido em São Luís, em 1805, bacharelou-se em Direito em Coimbra, em 1825. Juiz municipal, juiz de direito e chefe de polícia em diferentes anos (1848, 51, 52 e 53). Pai do Barão de Penalva; COUTINHO, *op. cit.*, p. 261.

4 – Liberal opositor da Liga. Deputado provincial eleito em 1844, para a legislatura de 45/46. Juiz de direito desde 1842, foi para a Comarca de Brejo (1849), anteriormente da Comarca de Estancia, Sergipe. Liberal de Caxias. Falecido em 30 de novembro de 1851. Faculdade de Direito, São Paulo. Bacharéis formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo, desde a sua fundação, que teve lugar em 1828. In: MARQUES, Joaquim Roberto de Azevedo. *Memorial paulistano para o anno de 1863*. São Paulo: Typ. Imparcial, de J. R. de A. Marques, 1862, p. 48.

5 – Juiz municipal e de órfãos, Comarca de Chapada (1849). *O Progresso* (01/03/1847) o situa no campo de interesse oposto ao da Liga Maranhense.

6 – Desembargador, presidente da Assembleia Legislativa Provincial, em 1849. Membro da Liga, em 1847, é apoiado pelo *O Estandarte* (24/10/1849), jornal do Partido Bemtevi (liberal) e opositor da Liga na legislatura seguinte.

7 – Bacharel em Direito, deputado provincial eleito em 1844. Não compareceu às sessões preparatórias e de abertura da legislatura de 49/50. Mandou seu diploma para a Assembleia para que tivesse o destino mandado no artigo 5º do regimento. MARANHÃO. Ata de 4 de setembro da sessão preparatória da Assembleia Legislativa Provincial. *O Publicador Maranhense* (17/09/1850). Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Chefe de polícia em 1847, opositor da Liga, era juiz de direito da Comarca de Viana. *Gazeta dos Tribunaes* (14/02/1845). Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional (BN).

8 – Médico formado em Paris, em 1838, nascido em Alcântara em 1811. Vereador (e presidente) na Câmara Municipal de São Luís entre 1853/60 e deputado provincial. Futura liderança do Partido Conservador a partir de meados da década de 60. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 19 de abril de 1857 e VIVEIROS, *op. cit.*, p. 123-124.

TABELA 2 – ATORES E GRUPOS DO PARTIDO CONSERVADOR MARANHENSE (1842/1854)

Elite política maranhense	Elite política provincial	Figuras importantes
Jerônimo José de Viveiros (senador do Império, 1853-1857)	Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort (deputado geral, 1853-1856)	Joaquim Vieira da Silva e Souza ¹ .
	Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (deputado provincial, 1850-1855) ² .	
Cândido Mendes (deputado geral, 1850-1860, redator de <i>O Observador</i>).	Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho (deputado provincial em 1844, 1856-1857) ³ .	Luís Antônio Vieira da Silva (secretário de governo 1852-1857).
	Frederico José Corrêa ⁴ (deputado provincial, 1848-1850 e 1854-1855, redator de <i>O Observador</i>).	Manuel Gomes da Silva Belfort (chefe da Tesouraria de Fazenda)
		Francisco Sotero dos Reis (redator de <i>A Revista</i> , deputado provincial).

1 – Político conservador, teve uma carreira política no governo central até a década de 40, inclusive conselheiro e ministro do Império, quando retornou ao Maranhão. Foi chamado como suplente na legislatura de 1844 da Assembleia Provincial do Maranhão. Segundo Henriques Leal, era “arredio dos partidos que se digladiavam na província”. LEAL, *op. cit.*, p. 226. Nesse período, disputou eleições para senador e ocupou assento na Câmara Municipal de São Luís.

2 – Futuro Visconde de São Luís, nascido em Rosário em 1823, formou-se em Leis, em Olinda, em 1845. Após finalizar seus estudos, assumiu o cargo de juiz municipal em Codó e Coroatá. Em 1848, Coutinho afirma que ele costurou alianças com o Partido Conservador e, com o apoio de sua família (Belfort), foi eleito para a Assembleia Provincial. Saiu do Legislativo maranhense para carreira política nacional, primeiro como deputado geral suplente em 1855, pelo Maranhão. Cf. COUTINHO, Fidalgos e barões..., *op. cit.*, p. 267-271.

3 – Nasceu em Alcântara em 1819 e morreu na mesma cidade, em 1860. Bacharel em matemática em 1839, pela Universidade de Coimbra. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 129-131.

4 – Nascido em Caxias, em 18 de dezembro de 1817, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito em Olinda. Autor de *Um livro de crítica* (1878), uma diatribe contra o *Pantheon* de Antônio Henriques Leal. MARANHÃO. Frederico José Corrêa. Academia Maranhense de Letras. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/frederico-jose-correa/>. Acesso em: 08.09.20.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2020.